

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 903.596 PARANÁ**

**RELATOR** : **MIN. ROBERTO BARROSO**  
**RECTE.(S)** : **LEONTINO SCORSIM**  
**ADV.(A/S)** : **MARIA DE FÁTIMA DOMENEGHETTI E**  
**OUTRO(A/S)**  
**RECDO.(A/S)** : **INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E**  
**DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA**  
**PROC.(A/S)(ES)** : **PROCURADOR-GERAL FEDERAL**

**DECISÃO:**

Trata-se de agravo cujo objeto é decisão do Tribunal de origem que negou seguimento ao recurso extraordinário, em que se discute o pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa do Meio Ambiente (GDAMB) e da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Executiva e de Suporte do Meio Ambiente (GTEMA), nos mesmos moldes em que recebidas pelos servidores da ativa.

O recurso extraordinário não deve ser admitido, tendo em vista que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a matéria em exame se restringe ao âmbito infraconstitucional. Nessa linha, veja-se a ementa do ARE 748.751-ED, julgado sob a relatoria da Ministra Cármen Lúcia:

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-EXECUTIVA E DE SUPORTE DO MEIO AMBIENTE - GTEMA E GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA DO MEIO AMBIENTE GDAMB. EXTENSÃO AOS INATIVOS. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO. OFENSA CONSTITUCIONAL INDIRETA. IMPOSSIBILIDADE DE PARIDADE REMUNERATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.”

**ARE 903596 / PR**

Diante do exposto, com base no art. 544, § 4º, II, *b*, do CPC e no art. 21, § 1º, do RI/STF, conheço do agravo e nego seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se.

Brasília, 15 de outubro de 2015.

**Ministro LUÍS ROBERTO BARROSO**

Relator